

thij

TOURISM and **H**OSPITALITY
INTERNATIONAL **J**OURNAL

O acesso dos deficientes visuais à cultura: Um estudo nos museus da cidade de Pirenópolis - Goiás

56

Rogério Lacerda de Carvalho¹

Centro de Excelência do Turismo, Universidade de Brasília

Donária Coelho Duarte²

Centro de Excelência do Turismo, Universidade de Brasília

Carvalho, R. L. de & Duarte, D.C. (2014). O acesso dos deficientes visuais à cultura: Um estudo nos museus da cidade de Pirenópolis – Goiás. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(2), 56-72.

A opção de escrita pelo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

¹ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Turismo

² Professora do Mestrado do Centro de Excelência em Turismo

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o acesso à cultura dos deficientes visuais, quais ações e propostas são desenvolvidas para a inclusão deste público específico nos museus de Pirenópolis – Goiás. O censo realizado em 2010 indicou que aproximadamente 45,6 milhões de pessoas, ou 23,9% da população apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência e que deste percentual, uma expressiva parcela, cerca de 36 milhões, se declaram deficientes visuais. Os deficientes visuais podem estar sendo excluídos do direito de usufruir os atrativos turísticos e os meios culturais pela falta de consciências dos gestores do *trade* turístico. Os museus, por exemplo, devem possuir uma estrutura específica para melhor atendê-los, pois a interação dos deficientes visuais é realizada por meio do tato e informações auditivas. O recorte proposto foi no museu de Arte Sacra, localizado no município goiano. A pesquisa foi bibliográfica com análise de autores que abordam o tema. Foram realizadas entrevistas qualitativas e o registro fotográfico para verificar qual a atual situação do museu de Arte Sacra do município de Pirenópolis. A pesquisa de campo foi realizada em abril de 2014, onde se verificou que os museus da cidade são impróprios para a inclusão dos deficientes visuais, desde informações em braile, recursos auditivos e pisos específicos para guiá-los no interior do mesmo. Sugere-se o desenvolvimento de estratégia de sensibilização dos responsáveis pelos setores públicos bem como dos curadores deste museu em específico na cidade de Pirenópolis – GO.

Palavras-chave: Turismo responsável, Acessibilidade, Pirenópolis, Deficiência Visual.

Abstract

This study aims to analyze the access to culture for the visually impaired, which actions and proposals are developed for the inclusion of this particular public in museums Pirenópolis - Goiás. The census conducted in 2010 indicated that approximately 45.6 million people, or 23.9% of the population had some type of disability or impairment and that this percentage, a significant portion, about 36 million, say they are visually impaired. The visually impaired may be being excluded from entitlement to the tourist attractions and cultural means by lack of consciousness of managers in the tourist trade. Museums, for example, must have a specific order to better serve them structure, because the interaction of the visually impaired is performed through touch and auditory information. The cut was proposed in the Sacred Art Museum, located in Goiás municipality. The research was literature with analysis of authors that address. Qualitative interviews and photographic records were conducted to verify that the current situation of the museum of Sacred Art of the municipality of Pirenópolis. The field research was conducted in April 2014, where it was found that the city's museums are unsuitable for inclusion of visually impaired people, provided information in Braille, audio and resources specific to guide them within the same floors. We suggest the development of awareness of those responsible for public sectors as well as the curators of this museum in the city of Pirenópolis specific strategy - GO.

Keywords: Responsible Tourism, Accessibility, Pirenópolis, Visual disability.

1. Introdução

Museus são atrativos turísticos espalhados por varias cidades do mundo, considerados um retrato vivo da memória na construção da sociedade preservando a identidade e a cultura dos povos diversos. Atrativo este muito procurado pelos turistas durante sua estada em uma determinada localidade. Existem museus específicos que guardam em seus acervos os mais diversos tipos memória, como museus náuticos, aviação, arte, com réplicas de pessoas em cera, museus com história da humanidade desde o período pré-histórico até o pós-moderno, que preservam carros, arte sacra e etc.

São procurados por pessoas com a vontade de conhecer mais sobre a cultura dos povos por isso são bastante procurados pelos turistas. Por esta demanda significativa é necessário que estes atrativos estejam preparados para receberem todos os públicos, pois nossa sociedade é composta por uma diversidade enorme de cidadãos com características específicas. E esta especificidade pode ser encontrada por meio da classe social, cultura e capacidade física e motora.

A proposta deste artigo é analisar a condições que se encontram os museus da cidade de Pirenópolis sobre uma ótica do cumprimento da legislação sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. A coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência relata que consta na seção IV da Acessibilidade

aos Bens Culturais Imóveis em seu Art. 30:

Art. 30. As soluções destinadas a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com que estabelece a instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAM, de 25 de Novembro de 2003. (2005)

Estes bens culturais podem ser classificados como bens materiais ou bens imateriais. Este patrimônio pode ser encontrado em grande parte nos museus espalhados por várias cidades e municípios brasileiros. São resgates do cotidiano da construção social de um País ou região aonde pode nos descrever na forma de obras, documentos e fotos a construção de uma sociedade.

Dentro dos destinos turísticos, principalmente aqueles destinos tidos como patrimônio histórico da humanidade, um dos principais atrativos são os museus. Em cidades históricas como Ouro preto, Mariana, São João Del Rey, estes municípios mineiros e no caso desde estudo os municípios goianos, como Cidade de Goiás e Pirenópolis, existem vários museus como meio de retratar o cotidiano destas vilas tão importantes para o Brasil colônia.

Em sua maioria os museus nestes municípios, são instalados em casarões antigos ou em igrejas, quando reúnem seus acervos para exporem obras que

representam os costumes destas sociedades. É mais comum entre estes museus a exposição da arte sacra, onde geralmente verifica-se nessas cidades um museu que reúne as obras sacras de cada igreja do município, ou pelos menos as obras mais importantes da arte sacra.

Pirenópolis é uma cidade com quase 300 anos de existência, com a arquitetura colonial barroca portuguesa, seus casarões feitos de pau a pique e com as telhas ainda moldadas nas coxas dos escravos com suas formas sem um padrão nos moldes das diversas coxas ali usadas como moldes. A cidade desde a década de 80 se tornou patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO e fiscalizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Com um potencial muito bom para o turismo, seus atrativos podem trabalhar com vários segmentos da atividade, como o turismo de aventura, por meio das praticas de *Rappel*, *Rafting* e *Mountain bike*, o Ecoturismo por possuir uma grande quantidade de cachoeiras e a Serra do Pireneus. Também existe a prática do Turismo Religioso com a realização das Festas do Divino e a apresentação Folclórica das Cavalhadas e das Pastorinhas, Turismo Cultural com os eventos; como a Feira do Livro de Pirenópolis – FLIPIRI e o Festival de Gastronomia e com a visitação aos museus do município.

No município de Pirenópolis temos como principais museus: o da igreja do Carmo, cujo é intitulado como museu de arte sacra, tem o museu do Divino que foi criado na antiga casa de Câmara

e Cadeia e temos um museu particular da família Pompeu e Pina uma família tida como importante na região.

Durante a análise do estudo vamos verificar se existe esta preocupação em tornar os museus acessíveis para todos. Sabemos que existem pessoas com deficiências diversas, como a deficiência visual, deficiência física, auditiva, mental, pessoas idosas e obesas e mulheres grávidas e famílias com criança de colo. Para que estes museus possam ser para todos, eles devem ser adaptados para diversos públicos, pois cada tipo de deficiência requer equipamentos e serviços específicos.

Pretende-se neste artigo debater a questão da acessibilidade às pessoas com deficiência visual, como se deve estar estruturado os museus para a inserção desde tipo de deficiência para que esta parte da sociedade possa usufruir dos acervos expostos nestes atrativos.

2. O Turismo Responsável

Ao falar sobre Turismo Responsável é relevante destacar o conceito de responsabilidade. Segundo Lévinas (1997) a responsabilidade ela está relacionada para o homem no se doar para o outro, face a face com o seu próximo, com uma idéia mais ética e filosófica de que o ser deve sempre ser responsável por outrem, o eu deve sempre estar a serviço do outro. Com a máxima de que o ser humano deve ter intrínseco o ato responsável, e este deve ser colocado como principio ético para balizar suas ações.

Já para Kant (1995) o ser humano só é livre se ele cumpre as leis, e que ele age de forma responsável a partir do momento que o mesmo respeita ou teme as sanções aplicadas pelas leis. Aonde o que se impõe é a idéia do imperativo categórico aonde toda ação é produzida com o temor as leis, outra condição é a vontade boa quando se age por meio do respeito à lei moral.

Dentro destes conceitos de responsabilidade expostos de acordo com Kant e Lévinas é relevante uma análise para a aplicação da responsabilidade no fenômeno turístico, por ser uma ciência social, ela se dá pelas relações entre os sujeitos autóctones, analisando as atitudes de todos desde a receptividade da comunidade local até a experiência vivida pelo olhar do turista.

No Turismo Responsável a cultura, a questões socioeconômicas e o meio ambiente são temas que compõe esta nova roupagem. Uma característica marcante desta nova roupagem é a conscientização e o respeito da relação do turista e da comunidade por meio do convívio real produzido pela própria vivência promovida pelo turismo. Para que este intercâmbio seja verdadeiro deve haver uma contribuição de ambas as partes envolvidas neste processo, desde o comportamento do turista até a receptividade plena da comunidade local.

O turismo responsável proporciona uma nova dimensão da qualidade do turismo, baseada no intercâmbio e no respeito pelo meio ambiente e das culturas locais e que contribui para o

crescimento individual e coletivo das pessoas a partir do estabelecimento de uma relação autêntica com os outros. Esta nova roupagem tem como principal característica a participação direta na vida das comunidades, prevendo um contato verdadeiro com a realidade da população receptora. (Samoza, 2007, p. 65).

Para a inserção de um turismo responsável, é necessário que as políticas públicas ofereçam suporte direto e indireto para o setor, pois a falta de infra-estrutura em rodovias, aeroportos, hospitais, rede hoteleira e segurança, atrapalham e não atendem às expectativas dos serviços prestados aos turistas. A conscientização da comunidade para o atendimento no setor turístico deve ser feita de forma gradativa e objetiva, pois sem a participação da população na execução e no planejamento turístico o desenvolvimento da atividade poderá acarretar o processo de marginalização comunitária e tornará os objetivos do planejamento um fracasso.

A participação da comunidade é de suma importância para que o Turismo Responsável possa gerar benefícios para os turistas e principalmente para o desenvolvimento local. A conscientização da responsabilidade individual de cada agente deve ser prioridade para o sucesso desta forma de agir no turismo. Esta ação deve partir de todos os agentes autóctones, desde o setor privado, público e sociedade civil. Com este conceito acredita-se uma melhor compreensão do tema diante da

comunidade, pois todos têm noção do que é ser responsável perante suas ações. Ações estas que promovem a qualidade na prestação de serviços na busca de melhor atender as pessoas sejam elas “normais” ou pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Esta nova forma de agir na atividade turística não beneficia apenas os turistas, mas beneficia toda a comunidade.

3. Turismo Acessível

Este tema tem um viés de discussão bem amplo, principalmente em apontar o responsável pela acessibilidade em um determinado equipamento ou estrutura. Muitos dizem que a responsabilidade é dos gestores públicos, outros dizem que é responsabilidade do setor privado, mas podemos afirmar que esta responsabilidade é de todos, pois ações pró-ativas na incessante busca da excelência na prestação dos serviços é dever de cada agente autóctone, não se faz turismo sem pessoas e estas pessoas devem estar engajadas numa sinergia voltada para o atendimento a todos.

O Turismo Responsável aborda a questão da inclusão social para todos, dentro destas bases, existe a preocupação de adaptar a cidades para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Nesta nova forma estão classificadas as pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência mental, pessoas com a idade avançada (terceira idade), deficientes visuais, obesos, grávidas, pessoas com deficiência temporárias no caso de algum acidente e famílias com crianças de colo. A

atividade turística deve sempre se preocupar com a receptividade dos visitantes; tratar os turistas de forma igualitária e humana é uma questão de respeito e preocupação com próximo. Duarte (2005 p. 4) considera que a atividade turística, inclusive devido a sua característica de pluralidade, de diversidade de povos, raças, credos, etc. Deve ser receptiva a qualquer indivíduo, inclusive para aqueles que possuem alguma limitação física. Nesse contexto, entende-se por acessibilidade:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000).

Não se pode menosprezar um público com um percentual significativo da população nacional, pois são cerca de pouco mais de 20% da nação brasileira que se considera com algum tipo de deficiência, claro que para o caso de motivação do mercado é um numero de potenciais clientes, até mesmo em sua grande maioria sempre viajam acompanhados, podendo até mesmo dobrar esta quantidade de pessoas que estão excluídas do processo turístico.

De acordo com o MTur (2009, p. 12), “as ações de qualificação profissional para o atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade

reduzida podem ser o primeiro passo para o mercado incluir em sua carteira de clientes uma demanda significativa de consumidores”. Adaptar estas instalações e adquirir alguns equipamentos específicos são passos complementares que darão ao empreendedor novas oportunidades comerciais.

Por ser um fenômeno social com características que envolvem as interações presenciadas por meio da experiência real o turismo deve ser planejado para os diversos públicos, desde pessoas de todas as classes e condições expostas por qualquer que seja a condição do sujeito. Fialho (2009 p. 110) defende que o turismo é um bem social e que deve estar ao alcance de todos os cidadãos, entre os quais as pessoas portadoras de deficiência. A proposta turística deve ser aplicada da maneira mais ampla, pois considerada um bem social ela deve incluir todos os cidadãos locais assim como os visitantes que se propõe visitar uma localidade desejada. Este bem social deve ser uma alternativa para o desenvolvimento local e individual das pessoas. Conforme (Boiteux 2003 apud Reis, 2010), o Art. 2º do Código Mundial de Ética do Turismo menciona que as atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares de grupos específicos tais como crianças, idosos, deficientes, minorias étnicas e os povos autóctones.

4. Museus são para Todos

A expectativa de todos visitantes a uma determinada localidade é que os mesmos desfrutem de todos os atrativos que a região possa oferecer, dentre esses se pode destacar os atrativos naturais, culturais etc. (Cohen, R.; Duarte, C. e Brasileiro A. *apud* Canclini, 2004 p. 7) enfatiza em seu artigo “O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação”: “(...) os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem *realmente* a todos, ainda que *formalmente* pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos”. Os museus em várias cidades do mundo são atrativos bastante procurados pelos turistas, podendo ser até como o principal atrativo destes países ou cidades. De acordo com a Revista Viagem, temos como exemplo os museus mais visitados do mundo: Museu do *Louvre* na França e o *Metropolitan Museum of Art* nos Estados Unidos, responsáveis pela a quantia de 15 milhões de turistas para estes países, pois nestes museus possuem importantes obras que fazem parte da cultura da civilização mundial.

Agora se pode imaginar qual o percentual de pessoas com deficiência que visitam a nível mundial estes museus? Com o percentual da população de acordo com o IBGE 2010 de 23% dos entrevistados, que se declaram com algum tipo de deficiência em nosso país, sendo este total de 43 milhões de brasileiros e que neste número 36 milhões possuem algum tipo de deficiência visual e se por uma hipótese tivéssemos que atender estes

15 milhões de pessoas que freqüentam, por exemplo, estes museus mais visitados do mundo e ao não existir nenhum tipo de preocupação para atender as pessoas com deficiência, claro que nem todos possuem a necessidade de equipamentos especiais, como seria avaliada a nossa receptividade? Por isso os agentes autóctones devem repensar todos os espaços para melhor atender este público específico. Segundo (Péres e Velasco, 2003) “As pessoas portadoras de deficiência visual são, freqüentemente, confrontadas com falta de acessibilidade e dificuldade de usufruto de infra-estruturas públicas e privadas”.

O uso do patrimônio deve ser de todos e para todos, mas somente com uma prática responsável e com ações voltadas para a garantia deste acesso universal é que podemos incluir as pessoas com deficiência na apreciação dos bens culturais. Este acesso nem sempre vem de forma tranqüila, é um exercício de militância para garantia destes direitos.

O acesso cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados. Mesmo nas sociedades em que o direito legal de acesso está garantido, a transformação desse direito em prática social cidadã, em realidade cotidianamente vivida exige embates e enfrentamentos sistemáticos. Em uma palavra; exige militância. (Cohen, R.; Duarte, C. e Brasileiro A, 2012. P. 08)

Os museus no Brasil estão vinculados ao Ministério da Cultura e fiscalizados pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Este órgão público criou um plano para padronizar os museus em todo o território nacional. Dentro deste plano pode-se destacar a questão da inclusão de pessoas com deficiência.

No Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) – Parte integrante do Plano Nacional de Cultura, que foi construído por modo participativo entre dezembro de 2009 a dezembro de 2010, com validade prevista para o período de 2010 a 2020. Ficou definido que “Desenvolva capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e a comunidade onde estão inseridos. (Cohen, R.; Duarte, C. e Brasileiro A. 2012.pg 10).

Com este plano começa-se a perceber o avanço nas políticas públicas por meio do incentivo de projetos e recursos destinados para a acessibilidade nos museus que se encontram em nosso País. Com o objetivo de melhor atender este público tão específico e excluído por décadas pela ignorância e falta de comprometimento de todos nós com a dita “diferença”.

Outro ponto de destaque no PNSM é a aprovação, no eixo temático “Cultura, Cidade e Cidadania”, de uma estratégia que recomenda incrementar ações voltadas a garantia do direito a acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população sendo esta uma prioridade que reflete a dignidade humana frente ao patrimônio”. (Cohen, R.; Duarte, C. e Brasileiro A. 2012. p. 10)

Ainda nesta linha de políticas pode-se perceber a preocupação com as variadas formas de deficiência, desde a deficiência física e a deficiências mentais. Destacando que o patrimônio seja visitado e apreciado por todos os cidadãos independente de sua condição. E estas ações que promovem a inclusão, causam o bem estar social e a dignidade para estas pessoas.

O objeto de estudo desta pesquisa, está relacionado às pessoas com deficiência visual, para a garantia do uso adequado dos bens culturais, mais especificamente os museus, é necessária algumas adaptações específicas para este tipo de deficiência como o piso tátil, visitas guiadas com a descrição das coleções, *touch tours* ou sessões que permitam que o visitante segure as peças, representação de objetos ou imagens em formato tátil, áudio guias, boa iluminação, acesso a informação em Braille com pré visita informativa, luvas, maquetes, acesso aos museus com cães guias e etiquetas com letras garrafais e em braille.

Com bases nesta descrição de como pode ser importante adaptar os museus

para melhor atender os deficientes visuais, este estudo parte para a observação nos museus do município de Pirenópolis com o compromisso de analisar quais as condições se encontram os museus da cidade, especificamente iremos destacar o museu de arte sacra.

5. Metodologia

Para a construção deste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas com autores que abordam o assunto sobre a acessibilidade nos museus. Foram observados também estudos de caso em museus que possuem projetos bem sucedidos para melhor atender as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Neste sentido, se abordou temas como turismo responsável e turismo acessível, principalmente para pessoas com deficiência visual.

Foi realizada a pesquisa documental focado nas ações do governo e na legislação vigente sobre a inclusão social deste segmento. Com a observação sobre as normas que foram aprovadas na busca da padronização para o melhor atendimento e para as melhorias das estruturas dos museus Brasileiros.

Por último foi realizada uma pesquisa qualitativa, aonde foi realizada uma saída de campo para entender melhor como é aplicado nos museus do município de Pirenópolis as questões sobre a inclusão das PDMR. Foi entrevistado o curador de um desde museus e o mesmo foi questionado sobre a falta de equipamento e ações para melhor atender os deficientes

visuais e pessoas com mobilidade reduzida.

6. Pirenópolis e a Questão da Acessibilidade

A cidade de Pirenópolis foi tombada como patrimônio histórico mundial no ano de 1988. Hoje com sua população de pouco mais de 23 mil habitantes, a cidade, em período festivo, chega a receber mais que o dobro de sua população, de acordo com dados do IBGE de 2012 (Pirenópolis, 2013). Em sua grande parte recebe estes visitantes nos finais de semana. O movimento dos turistas começa na sexta feira até o domingo (Pirenópolis, 2013). A falta de acessibilidade restringe a liberdade de cidadãos de ir e vir quando a gestão pública das ditas cidades patrimônio não se preocupam com o acesso para todos.

Conforme Carvalho (2013, p. 14), “O município de Pirenópolis por ser uma cidade histórica foi constatado que não é uma cidade acessível para pessoas com deficiência”. A preocupação com a acessibilidade não está sendo empregada pelos agentes que prestam serviços aos turistas. A busca da conscientização destes agentes deve ser uma prioridade para o desenvolvimento do turismo no município. Agora neste momento pensa-se em fazer um estudo prévio para verificar a questão da inclusão das pessoas com deficiência nos museus mais importantes da cidade.

7. Acessibilidade para Deficientes Visuais no Museu de Arte Sacra em Pirenópolis

O objeto de estudo desde artigo foi à acessibilidade para deficientes visuais no museu de arte sacra, situado no bairro do Carmo, na igreja do Carmo, uma construção com mais de duzentos anos com a arquitetura barroca do século XVIII. Na pesquisa *in locu* verificou-se que não existe nenhum tipo de estrutura e nenhum projeto que faça deste espaço publico um ambiente acessível para estas pessoas.

Em entrevista com o curador do museu, o mesmo afirmou que houve um esforço de uma administradora antiga do museu em produzir um folder em braile, mas este documento não foi visto pelo pesquisador. Nesta visita pôde-se verificar que não existem pisos táteis para a locomoção interna no museu, as placas de identificação das peças não possuem nenhuma informação em braile ou em letras grandes para melhor visualização para pessoas com baixa visão, algumas peças podem ser tocadas, por serem de metal e madeira, pelo menos as que estão sem a proteção de vidro e não há nenhum recurso auditivo para a demonstração das obras expostas no museu.

Não foi constatada a presença de guias para acompanhar as visitas e explicar sobre cada peça exposta no museu, a única pessoa que estava no prédio era o próprio curador que recepciona explica sobre os espaços e onde é exposto o acervo e faz um breve comentário sobre o cidadão Frota que construiu com recursos próprios a igreja

do Carmo que depois se tornara o Museu de Arte Sacra. O mesmo não foi treinado para a língua dos sinais LIBRAS para o atendimento aos surdos e conforme observado no início existem algumas rampas na calçada em frente uma rampa na porta de entrada do museu e na divisão das duas salas do térreo do prédio, mas o andar de cima está absolutamente inacessível para cadeirantes, pois o acesso é por meio de uma escada, no local não existem elevadores.

Segundo entrevista o curador do museu afirma que “houve um esforço da curadora anterior em fazer um folheto com as informações do museu e dos artefatos expostos em Braille”. Podemos observar que iniciaram um projeto de inclusão para os deficientes visuais, mas o mesmo não teve continuidade, chegando até mesmo a não ter mais os folhetos em Braille.

As respostas do entrevistado foram bastante esclarecedoras e com boa vontade, ele se preocupa sim com a acessibilidade e a inclusão do museu, mas, afirma que não existem investimentos públicos para manter o museu e com a taxa que se cobra para a visitação, é impossível adaptar o museu com os valores arrecadados com o ingresso de entrada.

8. Considerações Finais

Diante do estudo aqui apresentado pode-se perceber que o museu do município de Pirenópolis está bem aquém do que podemos considerar um museu acessível, pois de acordo com as normas apresentadas pelo Plano

Nacional Setorial de Museus o prédio não possui ainda adaptações para atender as pessoas com deficiência visual e muito pouco para atender as pessoas com deficiências físicas, mais especificamente com deficiências permanentes como as pessoas que necessitam de cadeiras de roda para seu deslocamento.

Estamos em uma época de inclusão social, a quantidade de pessoas que se declaram deficientes em nosso país equivale a 23% do total da população. É devemos repensar nossas ações para com a bem “estar” de nossos pares. Ao ignorar esta parcela da população por meio da falta de consciência sobre a melhoria das estruturas não somente as públicas, mas todas as estruturas e ações que se referem ao melhor atendimento e uma qualidade de vida para estas pessoas.

Atos responsáveis podem e devem começar a partir das ações individuais, é fazendo a nossa parte que podemos proporcionar qualidade de vida para todos os cidadãos de nossa comunidade e com a busca desta inclusão social por meio de nossas ações é que podemos atender com excelência e a cima de tudo com respeito ao próximo aos turistas que escolhem uma determinada região para praticar a atividade turística.

Com isto podemos deixar uma reflexão para estudos futuros relacionados a questão da responsabilidade individual de cada agente, principalmente relacionado com as ações para a melhoria dos serviços na atividade turística, pois existe sim a necessidade adaptar os museus do município de Pirenópolis, assim como

também a estrutura da cidade, desde de calçadas a qualificação da mão de obra dos agentes autóctones.

9. Referências

- Borda, G. Z. ; Duarte, D. C.; Serpa, A. B. (2013). Tourism for all: accessibility and social inclusion in Brazil the case of Socorro (São Paulo estate) tourism destination. In: *International Critical Tourism Studies Conference*. (pp.1-17). Sarajevo, Bosnia e Herzegovina,.
- Cohen, R.; Duarte, C. e Brasileiro, A. (2012). Acessibilidade a Museus Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museu. – Brasília, DF
- Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. (2005). Acessibilidade. In: Niusarete Margarida de Lima. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- Duarte, D. C. (2005). Metodologia para desenvolvimento de portais de relacionamento para comunidades de prática: uma aplicação para área do turismo e pessoas com necessidades especiais. Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Duarte, D. C.; Borda, G. Z. (2012). Turismo sênior em Brasília: um estudo sobre a acessibilidade e sustentabilidade no setor hoteleiro. In: XVII Congresso Internacional AECIT 2012, O Carballiño. XVII Congresso Internacional AECIT 2012. Ourense: AECIT Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo, 2012. v. 17. p. 670-676.
- Fialho, Manuela (2009). Rotas sem Barreiras. In: *Revista Turismo & Desenvolvimento*. *Journal of Tourism and Development*. N. 11, p. 109-112.
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - (IBGE) (2010). Censo Demográfico 2010: Resultados Preliminares da Amostra. Disponível em[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtml]. Acesso em: 12 dez. 2013.
- Garcia Cancline, Néstor. “O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação”. In: *Revista do IPHAN*, nº 23, Cidade (org. Heloisa Buarque de Holanda), 2004. p. 96.
- Mesquita, Susana & Carneiro, Maria. A acessibilidade à interpretação para deficientes visuais em museus de Lisboa. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. N. 17/18, p. 1441 a 1452, 2012.
- Ministério do Turismo. Turismo Acessível Bem Atender no Turismo Acessível, volume III. Brasília: Ministério do turismo, 2009.
- Veja Quais são os 10 Museus mais visitados do mundo. <http://viagem.br.msn.com/pureviagem/veja-quais-s%C3%A3o-os-10-museus-mais-visitados-do-mundo> dia 08 de maio de 2014 as 16:40
- Perez, D. e Velasco, D., 2003, Turismo acessível – Hacia um turismo para todos, comitê Espanol de Representantes de Personas com Discapacidade, CERMI.
- Pirenópolis. A cidade. Disponível em: [<http://www.pirenopolis.go.gov.br/a-cidade/>] Acesso em: 15 nov. 2013.
- Reis, E. R. (2010). Deficiência física e atividade turística: um contraponto entre a legislação e a realidade, Belo Horizonte-MG.



Figura 1. Carvalho, Rua do Lazer 2013. Fonte própria



Figura 2. Carvalho; Entrada Museu Arte Sacra, 2014. Fonte própria



Figura 3. Carvalho; Placas Informativas, 2014. Fonte própria

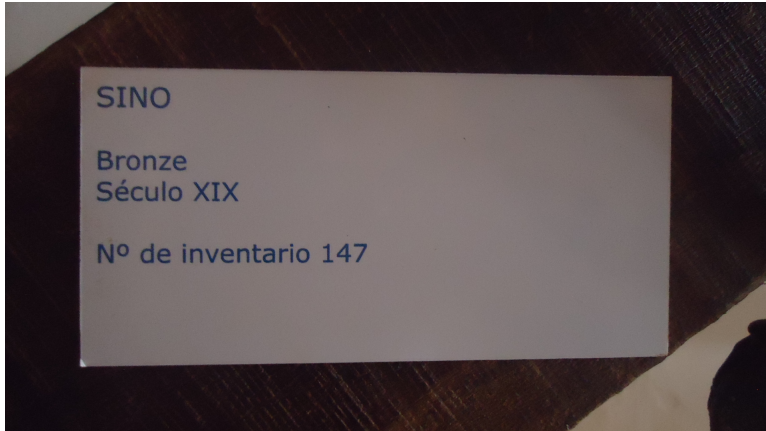


Figura 4. Carvalho; Rampa que divide os salões do Museu, 2014. Fonte própria